

ÁGUAS. 2 E 3

PARLAMENTARES VISITAM
OBRAS DE INTEGRAÇÃO DO
RIO SÃO FRANCISCO

TECNOLOGIA. 4

FERRAMENTA POSSIBILITA
ACESSO ÀS LEIS DO RN
PELO SMARTPHONE

INVESTIGAÇÃO. 8 E 9

PEDIDO DE “CPI DA COVID”
É PROTOCOLADO POR
PARLAMENTARES

TRANSPARÊNCIA. 12 E 13

NOVO SITE USA
TECNOLOGIA “UX” PARA
FACILITAR NAVEGAÇÃO

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2021 EDIÇÃO Nº 25 | ANO 3 | 9.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte



Só para primeiro semestre deste ano, estão previstas ao todo 88 ofertas de curso, entre capacitação profissional, capacitação pessoal, palestras e até cursos de pós-graduação, distribuídos em mais de 1.800 horas/aulas

ALRN fortalece educação online para potiguares durante pandemia

TRANSFORMAÇÃO. 5 E 6 | Escola da Assembleia migra mais fortemente para o digital, em sintonia com regras de distanciamento social e combate à COVID-19. Mudança fez cursos chegarem a um número ainda maior de potiguares, reforçada também pelo Conexão Parlamento, programa que leva educação legislativa às câmaras municipais no interior do RN

DEPUTADOS VISITAM OBRAS DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

RECURSOS HÍDRICOS | Membros da Frente Parlamentar das Águas ficaram satisfeitos com andamento das obras hídricas, ao constatarem que a chegada do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte está próxima

Os deputados que integram a Frente Parlamentar das Águas, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Galeno Torquato (PSD), presidente do grupo de trabalho; Francisco do PT, vice-presidente e Coronel Azevedo (PSC) participaram no dia 28 de maio de uma visita técnica às obras do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF), nos municípios paraibanos Cachoeira dos Índios, Cajazeiras e São José de Piranhas.

Os parlamentares ficaram satisfeitos com o andamento dos trabalhos, notadamente porque constatarem que eles vão permitir a chegada da água do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte, a partir do Rio Piranhas-Açu e posteriormente, pelo ramal Apodi, ao rio Apodi-Mossoró e aos reservatórios de Pau dos Ferros e Apodi.

Acompanhados de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Regional e de colegas parlamentares da Paraíba, a comitiva foi ao sítio Redondo, em Cachoeira dos Índios, local onde será construído o Reservatório Tambor.

É de lá que será alimentada a segunda entrada da água do Velho Chico ao Rio Grande do Norte. A porta de entrada desse ramal será o município de Major Sales de onde seguirá para o Rio Apodi e será interligada aos reservatórios de Pau dos Ferros e Santa Cruz, ampliando a oferta hídrica e proporcionando o desenvolvimento.

“São obras de suma importância para o Rio Grande do Norte. Em breve a água vai chegar ao Estado ainda este ano, proporcionando o desenvolvimento da nossa região e dando segurança hídrica. Vai beneficiar mais

200 mil

número de beneficiados no RN por obra de integração

de 200 mil pessoas. Estamos muito satisfeitos com o que estamos vendo. As obras estão andando e vão contribuir no seu todo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”, disse o deputado Galeno Torquato.

O ramal denominado de Apodi/Salgado faz parte da última etapa do Projeto de integração e terá 115,3 quilômetros de extensão que beneficiará 750 mil pessoas em 48 cidades. De acordo com o projeto, a água será transportada por gravidade a partir do reservatório Caiçara, também na Paraíba, até o reservatório Angicos, no Rio Grande do Norte. A partir do km 26 dessa última estrutura da transposição haverá derivação para o ramal do rio Salgado, levando água para o estado do Ceará.

“Essa uma grande obra. Um sonho de mais de século. Estamos muito felizes com a proximidade de conclusão e chegada da água do São Francisco ao Rio Grande do Norte. A nossa luta é para que isso aconteça”, disse o deputado Francisco do PT.

Em seguida os deputados visitaram as obras de construção do anel que interligará os reservatórios Caiçara e Engenheiro Avidos, no município de

Cajazeiras-PB.

O deputado Coronel Azevedo também destacou essas obras que estão sendo realizadas pelo Governo Federal, beneficiando Estados do Nordeste e notadamente o Rio Grande do Norte.

“Água é vida. E por onde ela passa proporciona o desenvolvimento socioeconômico do seu povo. Estamos muito satisfeitos com a forma como os trabalhos estão sendo realizados para levar a água do São Francisco possibilitando a segurança hídrica do nosso povo”, destacou.

O final da visita técnica ocorreu no reservatório Boa Vista com capacidade para 360 milhões de metros cúbicos, em São José de Piranhas. O Eixo Norte é formado por 5 trechos de obras. Inicia-se com a captação no Rio São Francisco, localizada após o Reservatório de Sobradinho e a montante da Ilha Assunção, próximo a Cabrobó (PE).

COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DAS ÁGUAS

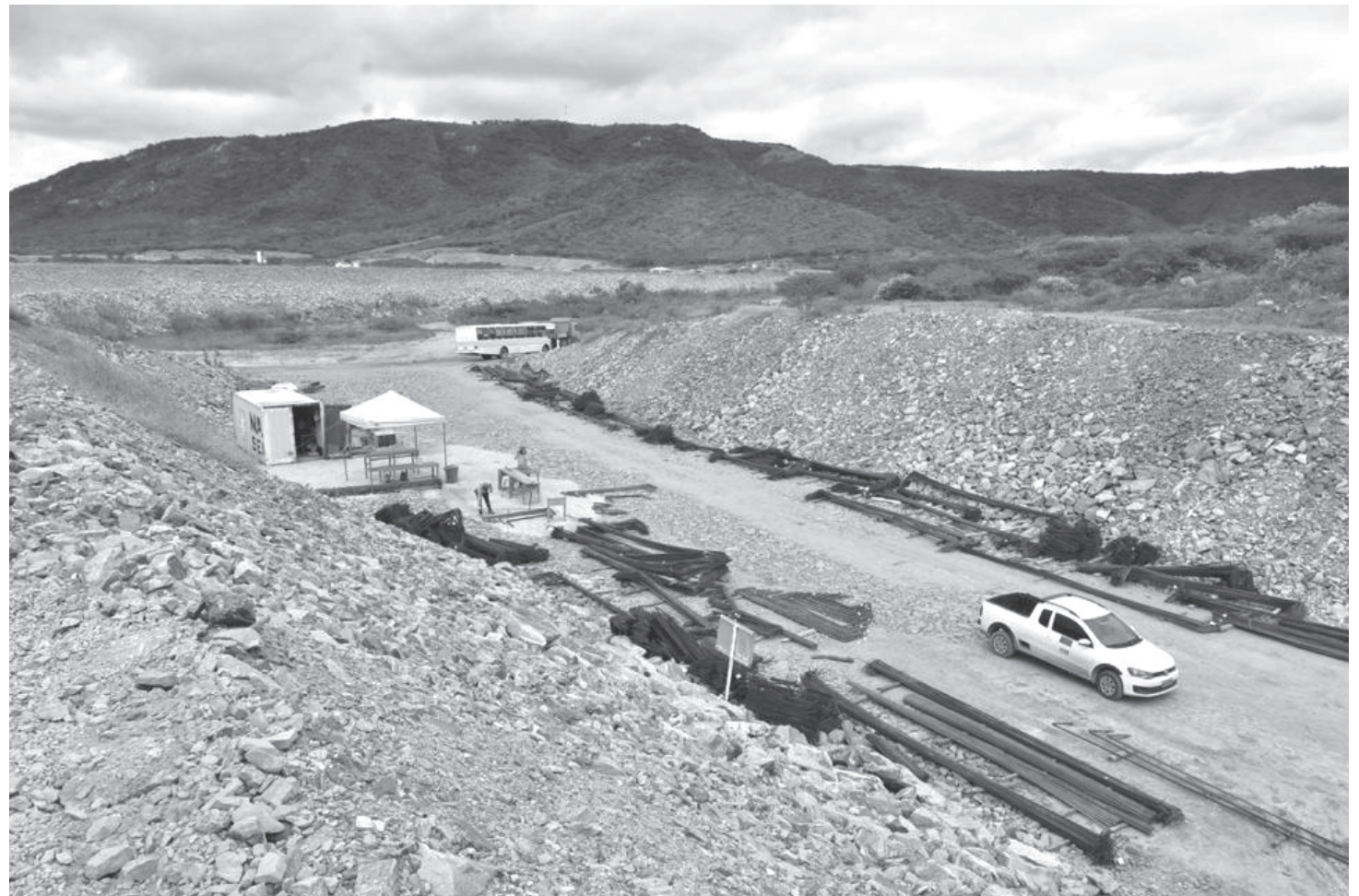
Foi aprovada a nova composição da Frente Parlamentar da Água, que passou a ser presidida pelo deputado Galeno Torquato (PSD). O vice-presidente é o deputado Francisco do PT que a presidiu até então. Também integram a Frente os deputados Tomba Farias (PSDB), George Soares (PL) e Coronel Azevedo (PSC), como membros.



Eixo Norte é formado por 5 trechos de obras, e espera-se que 200 mil potiguares sejam beneficiados. In



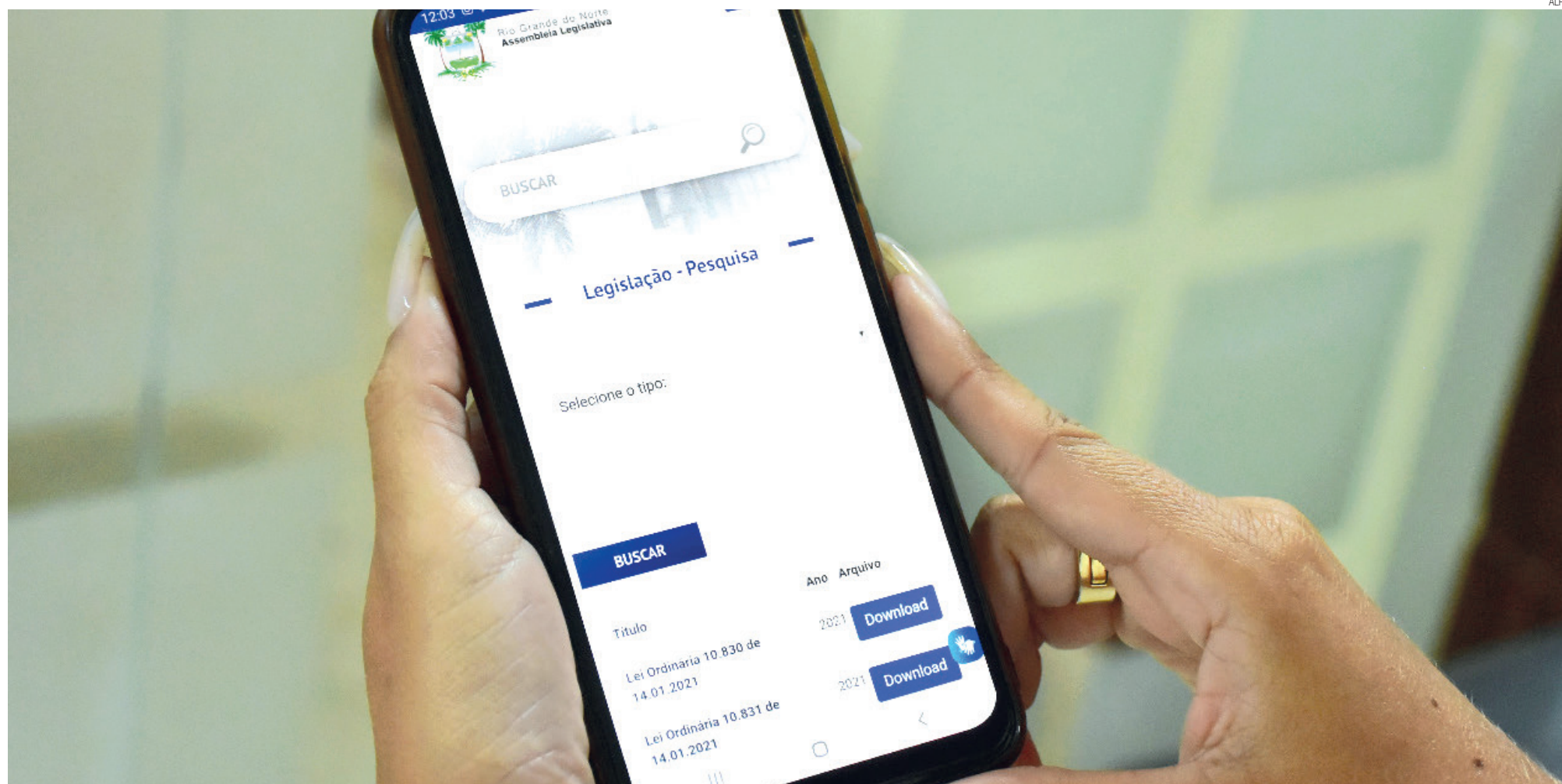
O final da visita técnica ocorreu no reservatório Boa Vista, com capacidade para 360 milhões de metros



...cia-se com a captação no Rio São Francisco, localizada após o Reservatório de Sobradinho e a montante da Ilha Assunção, próximo a Cabrobó (PE)



...cúbicos, em São José de Piranhas. Galeno Torquato (PSD), Francisco do PT e Coronel Azevedo (PSC) participaram representando a ALRN



Diretoria Legislativa confirma que ainda este ano o compilado completo de leis estará disponível para acesso nos smartphones

FERRAMENTA POSSIBILITA QUE POTIGUARES TENHAM ACESSO ÀS LEIS PELO SMARTPHONE

TECNOLOGIA | Intuito é que, do celular, qualquer pessoa tenha acesso às leis, sua situação — se vigente ou não —, buscando por palavras chaves, por autor ou ano, de forma prática e rápida. No portal, as leis aprovadas já podem ser consultadas

Criada em 2 de fevereiro de 1835, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte já propôs e aprovou milhares de leis que regem a sociedade, como a Constituição Estadual, por exemplo. Essa legislação, composta por leis ordinárias e complementares poderão, em breve, ser consultadas pela população, fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido

pela Casa, através da gestão sempre focada na Transparência e no livre acesso à informação, marca da gestão do presidente Ezequiel Ferreira (PSDB).

“Já temos no site todas as leis complementares e estamos trabalhando, de forma avançada, para disponibilizar todas as leis ordinárias aprovadas pela Casa. O intuito é que do celular, qualquer pessoa tenha acesso a essas leis,

sua situação, se vigente ou não, por palavras chaves, por autor ou ano, de forma prática e rápida”, explica a diretora Legislativa, Tatiana Mendes Cunha.

No portal da Assembleia (www.al.rn.leg.br), no ícone Legislação, a população já pode consultar leis complementares desde 2017 e todas as leis ordinárias aprovadas em 2020 e 2021. O técnico do setor, Luciano Fa-

ria, confirma que ainda este ano este o compilado completo de leis já estará disponível.

ELEGIS

A Assembleia Legislativa, em agosto de 2019, já havia lançado eLegis, um sistema eletrônico que gerencia a atividade legislativa de forma digital, desde o nascimento no gabinete parla-

mentar, seguindo todo o trâmite, até o arquivamento, sem uso de papel e sem possibilidades de extravio ou interferência manual.

Desenvolvido pelo setor de Gestão Tecnológica da Casa, o sistema também faz parte do Planejamento Estratégico da Assembleia, que visa dar mais transparência a todos os atos do Poder Legislativo.

ALRN INVESTE NA QUALIFICAÇÃO NÃO-PRESENCIAL GRATUITA DURANTE PANDEMIA GLOBAL

ADAPTAÇÃO | Escola da Assembleia migra mais fortemente para o digital, em sintonia com regras de combate à COVID-19. Educação de forma remota fez cursos oferecidos chegarem a um número ainda maior de potiguares; expansão para interior também acontece através do projeto Conexão Parlamento

A educação é, sem dúvidas, uma das áreas mais afetadas pela pandemia da Covid-19. Contudo, neste cenário de incertezas trazido pelo vírus, a qualificação pode ser o grande trunfo para quem espera estar mais forte quando tudo isso passar. E é mirando na possibilidade de o potiguar dar a volta por cima através do estudo, que a Assembleia Legislativa

do Rio Grande do Norte tem investido pesado na Escola da Assembleia - braço da Casa que oferece cursos, palestras e workshops gratuitos para todos.

“A retomada do ensino na rede pública de modo híbrido e gradual é a meta até a normalidade presencial. Até lá, mecanismo de ensino e aprendizagem precisam chegar tanto para professores e alunos. Além da manutenção da qua-

lificação de servidores e parceiros de instituições do Poder Legislativo. Para isto contamos com a expertise da Escola da Assembleia”, disse o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

O trabalho da Escola da Assembleia não começou agora. Contudo foi a partir das regras de distanciamento

social, que o programa se tornou prioritariamente digital. Mesmo à distância, a qualificação acontece. “Através de cursos aplicados de forma remota, conseguimos atender não só o corpo técnico da Assembleia, como a comunidade no geral”, explicou João Maria de Lima, diretor da Escola da Assembleia.

Só para o primeiro semestre deste ano, estão previstas 88 ofertas de

curso, entre capacitação profissional, capacitação pessoal, palestras e até cursos de pós-graduação, distribuídos em mais de 1.800 horas/aulas. A maior parte acontece de forma não presencial e o feedback da população tem sido grandioso. João Maria lembra que teve curso com todas as vagas preenchidas apenas meia-hora depois de ter sido lançado. [CONTINUA NA PÁG. 6]



Só para primeiro semestre deste ano, estão previstas ao todo 88 ofertas de curso, entre capacitação profissional, capacitação pessoal, palestras e até cursos de pós-graduação, distribuídos em mais de 1.800 horas/aulas

[CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5]



João Maria de Lima, diretor da Escola da Assembleia, explicou que demanda maior tem levado a ALRN a ampliar ainda mais a oferta de cursos; neste primeiro semestre, serão cerca de 88 distribuídos em vários formatos, áreas e públicos

ALTA PROCURA TEM SURPREENDIDO E MOTIVADO CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS

“Temos conseguido atingir bem a população com os nossos cursos, a procura tem sido muito grande. Recentemente, um curso de textos jornalísticos atingiu 100% de lotação rapidamente; outro curso sobre licitação esgotou em apenas trinta minutos”, destaca João Maria de Lima. “Há uma demanda reprimida e a Escola da AL tem se notabilizado por

estar trabalhando bastante, mesmo de forma remota. E essa grande procura, por outro lado, é também o que tem alimentado nossa escola e o nosso trabalho”, completa.

Sobre o curso de produção de textos jornalísticos, ele ajusta a escrita profissional às novas rotinas de circulação de conteúdo em redes digitais, apontando convergências e divergências do

conteúdo para plataformas híbridas (online e offline), com estudo de casos. O curso ainda vai tratar da importância da distribuição de conteúdo nos meios digitais.

O jeito mais simples para acompanhar todos os cursos, já lançados ou ainda sem edital, é baixando o app da Escola da Assembleia, disponível nos sistemas IOS e Android e também pelo

site. Lá estão todas as informações, além do passo a passo de como se inscrever.

CONEXÃO PARLAMENTO

Como estratégia para chegar ainda mais longe com a Educação, considerando que o acesso à internet e à tecnologia não é igual para todos, a ALRN tem expandido também outra iniciativa da Casa: a Conexão Parlamento. O pro-

jeto consiste em uma parceria com as Câmaras Municipais para levar cursos e palestras presenciais.

A partir de critérios estabelecidos pela Assembleia, o legislativo municipal cria e estrutura suas próprias escolas, disseminando também a educação legislativa para servidores e munícipes. Nesta vertente, estão previstos 13 cursos, de oito horas cada.

ASSEMBLEIA OFERECE PÓS-GRADUAÇÃO PARA AGENTES DE SEGURANÇA

QUALIFICAÇÃO | Curso pioneiro oferecido pela Escola da Assembleia foi finalizado com entrega de certificados pelo presidente Ezequiel Ferreira

O mês de maio foi marcado pela cerimônia de certificação do curso de pós-graduação “Gestão em Segurança Pública”, promovido pela Escola da Assembleia. Respeitando os protocolos de segurança, em função da pandemia do novo coronavírus, apenas um grupo de formandos recebeu, das mãos do presidente Ezequiel Ferreira, a certificação, representando os 77 agentes da segurança pública do RN participantes do curso, que teve duração de dois anos.

“É uma satisfação poder, de forma pioneira, capacitar as forças da segurança pública do nosso Estado, através da Escola da Assembleia. Quero reiterar o compromisso dessa Casa Legislativa, em nome de todos os 23 deputados estaduais, com esses guerreiros. Somos parceiros dessa categoria tão necessária para a nossa sociedade e estamos prontos a ajudar, sempre que possível”, ressaltou Ezequiel Ferreira.

O curso reuniu agentes da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros e ITEP e foi promovido pela Escola da Assembleia. “Destaque para o índice de aproveitamento e compromisso dessa turma aguerrida e formada por 77 alunos que hoje estão capacitados e usando desse conhecimento a favor do povo potiguar”, destacou o diretor da Escola da Assembleia, professor João Maria de Lima.

Presente na reunião, o secretário estadual de segurança pública e da Defesa Social, Francisco Canindé de Araújo Silva, agradeceu a parceria. “Dia de gratidão pela oportunidade que a Assembleia Legislativa nos dá ao

qualificar e requalificar integrantes da Segurança Pública. Uma experiência única no Brasil, ofertada pela Escola da Assembleia”, agradeceu.

O comandante-geral da Polícia Militar, Coronel Alarico José Pessoa Azevedo Júnior, destacou a importância da parceria entre a Assembleia Legislativa e os órgãos da segurança pública na qualificação e capacitação dos que fazem a categoria. “Além de capacitar as forças de segurança do Estado, os cursos promovem a integração dessas forças, o que fortalece ainda mais o trabalho, que resulta em um serviço de excelência oferecido à população. Obrigada por acreditar nos homens e mulheres que fazem a segurança pública do nosso Estado”.

Já a delegada-Geral da Polícia Civil, Ana Cláudia Saraiva, agradeceu o empenho dos deputados estaduais e destacou a união das entidades em busca de uma segurança pública de excelência. “Agradeço a Assembleia Legislativa e parabeno os alunos formados. A política de Segurança Pública do RN tem um líder que é o secretário Coronel Araújo. Temos dado nosso melhor e nos sentimos privilegiados por hoje trabalhar integrados em prol de uma sociedade mais segura”, destacou.

Para Rosalina de Souza Câmara, Major da PM e aluna destaque do curso, a parceria da Assembleia Legislativa com os órgãos de segurança do Estado, está sendo fundamental. “Essa parceria beneficia, antes de mais nada, a população do nosso Estado, que passa a ter agentes mais qualificados e prontos para combater o crime e servir com mais afinco”, finalizou.



Presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira (PSDB) entregou alguns certificados do curso de pós-graduação “Gestão em Segurança Pública”

DEPUTADOS PROTOCOLAM PEDIDO DE CPI DA COVID-19 NO RN

APURAÇÃO | Documento assinado por 10 deputados foi protocolado no último 27 de maio, e tem como objetivo investigar supostas infrações político-administrativas no enfrentamento da covid pelo governo

Assim como acontece na esfera Federal, os deputados estaduais da oposição no Rio Grande do Norte pretendem investigar, através da instalação de um CPI, supostos atos da governadora Fátima Bezerra na condução do enfrentamento à covid-19 que implicariam em infrações político-administrativas. Um documento assinado por 10 deputados foi protocolado no último 27 de maio. Contudo, a investigação ainda não foi aprovada e segue seu trâmite previsto no Regimento Interno da Casa.

A CPI é uma comissão temporária, destinada a investigar fato certo e determinado, que tem fundamento no art. 43 da Constituição Estadual. Assinaram o documento de 71 páginas os deputados Gustavo Carvalho (PSDB), José Dias (PSDB), Kelps Lima (SDD), Cristiane Dantas (SDD), Getúlio Rêgo (DEM), Tomba Farias (PSDB), Coronel Azevedo (PSC), Subtenente Eliabe (SDD), Nelter Queiroz (MDB) e Galeno Torquato (PSD).

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, ao presidente cabe a análise inicial do requerimento para verificação dos requisitos: 1) fato certo e determinado bem detalhado, referente a um acontecimento relevante para a vida pública, econômica e social, mas excluídos os fatos relacionados ao Governo Federal e aos Municípios em situação de intervenção; 2) quantidade mínima de assinaturas: 8 deputados; 3) prazo certo e não superior a 120

dias.

Após a análise dos fatos, o presidente deverá despachar: a) mandando para publicação (se presentes os requisitos); b) ou devolvendo ao deputado autor do requerimento por não ter descrito fato relevante, certo e determinado. Se aprovado, o requerimento vai para Mesa Diretora fixar a quantidade de membros. Os integrantes da CPI serão nomeados por resolução, ouvidos os líderes e suas indicações. O presidente da CPI deverá ser eleito, a quem caberá a indicação do relator. Se o presidente for da maioria, deverá indicar o relator pela minoria, e vice-versa.

Os denunciantes apontam supostos atos cometidos que estão configurados como infrações político-administrativas, conforme incisos III e IV do artigo 1º do decreto 201/67, que mostram o seguinte: “desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas e ainda empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam”

O deputado estadual José Dias (PSDB) comentou que a CPI deverá ser um instrumento de fiscalização séria “Não é uma CPI para confrontar ideias e sim fiscalizar. O foco é que essa CPI não seja um instrumento político e sim institucional desse parlamento e do povo potiguar”, frisou.

Já o deputado Vivaldo Costa (PSD) solicitou até o desligamento do bloco partidário ‘PSD/PSC/DEM’,

do qual faz parte, por não concordar com a CPI. “Olhei atentamente a lista de governadores citados pela CPI do Senado e não constava o nome da governadora do Rio Grande do Norte e por que ela não está? Porque não existe nada contra. Fátima é ficha limpa”, justificou Vivaldo.

ARQUIVAMENTO

Em um dos atos mais recentes, a líder do PT na Assembleia Legislativa, a deputada estadual Isolda Dantas (PT), solicitou o arquivamento ou a devolução do pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no RN.

“A CPI é um instrumento fundamental da democracia. Não quero me ater ao mérito do requerimento, mas aos ritos processuais e regimentais. Nós percebemos nesse requerimento ausências significantes de elementos constitucionais e regimentais”, disse a petista. Isolda listou uma série de, enumerou ela, falhas identificadas no requerimento apresentado pela abertura da Comissão.

A deputada aponta que o documento não considerou o regimento atual da Assembleia, se referindo ao artigo 113 que faz referência à Comissão de Fiscalização e Justiça. Além disso, continuou, “a CPI precisa de três questões fundamentais”. Para Isolda, “no requerimento falta fato determinado. Há números de processos, valores de contratos e matérias de jornais. Isso não indica, não aponta indícios de instalação de CPI”, complementa.



Documento de 71 páginas foi assinado pelos deputados Gustavo Carvalho (PSDB), José Dias (PSDB), Ke...



Deputada estadual Isolda Dantas (PT), líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia, solicitou o arq...



Alps Lima (SDD), Cristiane Dantas (SDD), Getúlio Rêgo (DEM), Tomba Farias (PSDB), Coronel Azevedo (PSC), Subtenente Eliabe (SDD), Nelter Queiroz (MDB) e Galeno Torquato (PSD)



...vimento ou a devolução do pedido de abertura da CPI da Covid no RN. Já o deputado estadual José Dias (PSDB) defendeu a seriedade do instrumento, que, segundo ele, não será politizado

FOTOS: EDUARDO MAIA



Vencedores do Concurso de Redação “Caminhada Histórica 2020” foram recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), durante cerimônia de premiação realizada em 18 de maio último

AL ENTREGA PREMIAÇÃO DO CONCURSO DE REDAÇÃO SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

INCENTIVO | Disputa, que teve como tema “os desafios da relação entre o homem e a preservação do patrimônio histórico”, foi fruto de uma parceria da Assembleia Legislativa, através da Escola da Assembleia, e a Viva Entretenimento — organizadora da Caminhada Histórica de Natal

Os vencedores do Concurso de Redação “Caminhada Histórica 2020”, foram recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), durante cerimônia de premiação realizada em 18 de maio. O concurso, que teve como tema “os desafios da relação entre o homem e a preservação do patrimônio histórico”, foi fruto de uma parceria da Assembleia Legislativa, através da Escola da Assembleia, e a Viva Entretenimento, organizadora da Caminhada Histórica de Natal.

“A nossa Casa Legislativa se alegra em entregar a premiação a esses alu-

nos que, mesmo durante a pandemia, se empenharam e venceram esse concurso de redação”, parabenizou Ezequiel Ferreira.

Professora orientadora dos três alunos vencedores, Arilma Andrade da Silva, destacou que o concurso veio estimular a pesquisa de centenas de alunos participantes do processo. “É gratificante ver o empenho desses alunos que se dedicaram, pesquisaram e escreveram redações primorosas sobre o tema. Essa oportunidade que a Assembleia Legislativa deu é imensurável por estar incentivando nossas crianças a conhecerem nossa

cidade”, disse.

Parceiro da Assembleia Legislativa no processo, Jarbas Filho, diretor da Viva Entretenimento, organizadora da Caminhada Histórica de Natal, voltou a ressaltar a importância do concurso e da parceria com a Casa Legislativa. “Sem dúvidas essa é uma forma de fazer esses jovens conhecerem a sua cidade e com isso amar ainda mais a nossa Natal”, destacou.

O diretor da Escola da Assembleia, professor João Maria de Lima, destacou a peculiaridade do resultado desse ano. “Esse ano, três alunos do Colégio Caminhos do Saber foram os ganhadores do

concurso, orientados por uma única professora. Estamos felizes em saber que esses alunos passaram a conhecer um pouco mais da nossa história e da nossa cidade”, disse.

Para o ganhador Pedro Gabriel Silva de Lima, o maior prêmio foi a pesquisa e a paixão que ficou pela história de Natal. “Estou muito feliz com o prêmio do concurso, mas já estava feliz em ter tido a oportunidade de conhecer a história da minha cidade, quando fiz a pesquisa para a redação”, revelou o aluno de 13 anos.

Os vencedores do Concurso de Redação “Caminhada História 2020”

foram: Pedro Gabriel Silva de Lima (1º lugar – Notebook mais certificado de premiação e reconhecimento emitido pela Escola da Assembleia); Marcello Henrykue da Silva Meira (2º lugar – Smartphone mais certificados de premiação e reconhecimento emitido pela Escola da Assembleia) e Evilly Tomaz de Souza (3º lugar – Tablet mais certificados de premiação e reconhecimento emitido pela Escola da Assembleia). A professora orientadora Arilma Andrade da Silva recebeu três tabletes mais certificados de premiação e reconhecimento emitido pela Escola da Assembleia.



Vencedores do Concurso de Redação foram: Pedro Gabriel Silva de Lima (1º lugar), Marcello Henrykue da Silva Meira (2º lugar) e Evilly Tomaz de Souza (3º lugar); além dos certificados, levaram prêmios como notebook, smartphone e tablets

SERVIDORES DA ALRN DEVEM ENTREGAR DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS

Entrega do documento deverá acontecer em duas etapas. Primeiro, através do “Portal do Servidor” da própria Assembleia Legislativa do RN e, depois, no Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos, do Tribunal de Contas do Estado

DECLARAÇÃO | Prazo determinado encerra no dia 30 de junho; medida busca atualizar as informações sobre patrimônios privados dos servidores da Assembleia Legislativa, conforme determina o art. 13 da Lei nº. 8.429 de 02 de junho de 1992

Os servidores ativos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, inclusive os providos em comissão, devem entregar à Casa e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN), a sua correspondente Declaração de Bens e Rendimentos. O prazo determinado encerra no dia 30 de junho e a medida busca atualizar as informações sobre os patrimônios privados dos servidores, conforme determina o art. 13 da Lei nº. 8.429 de 02 de junho de 1992.

A entrega do documento deverá acontecer em duas etapas. Primeiro, o servidor deverá acessar o “Portal

do Servidor” (portalservidor.al.rn.leg.br) e selecionar a opção “Adicionar Declaração de Bens e Rendimentos”. Após anexar e enviar o arquivo, o servidor receberá, automaticamente, o comprovante do recebimento.

A declaração deverá compreender bens móveis e imóveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no território nacional ou no exterior, incluindo, e, sendo o caso, aqueles da titularidade do cônjuge ou companheiro e dos descendentes e outras pessoas que vivam sob a sua dependência econô-

mica, excluídos, apenas, os objetos e utensílios de uso doméstico.

Depois, o servidor deve acessar o Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos (SISPATRI) no endereço <https://sispatri.tce.rn.gov.br/PaginasPublicas/login.aspx> - este link já está disponibilizado dentro do “Portal do Servidor” - e enviar o mesmo arquivo.

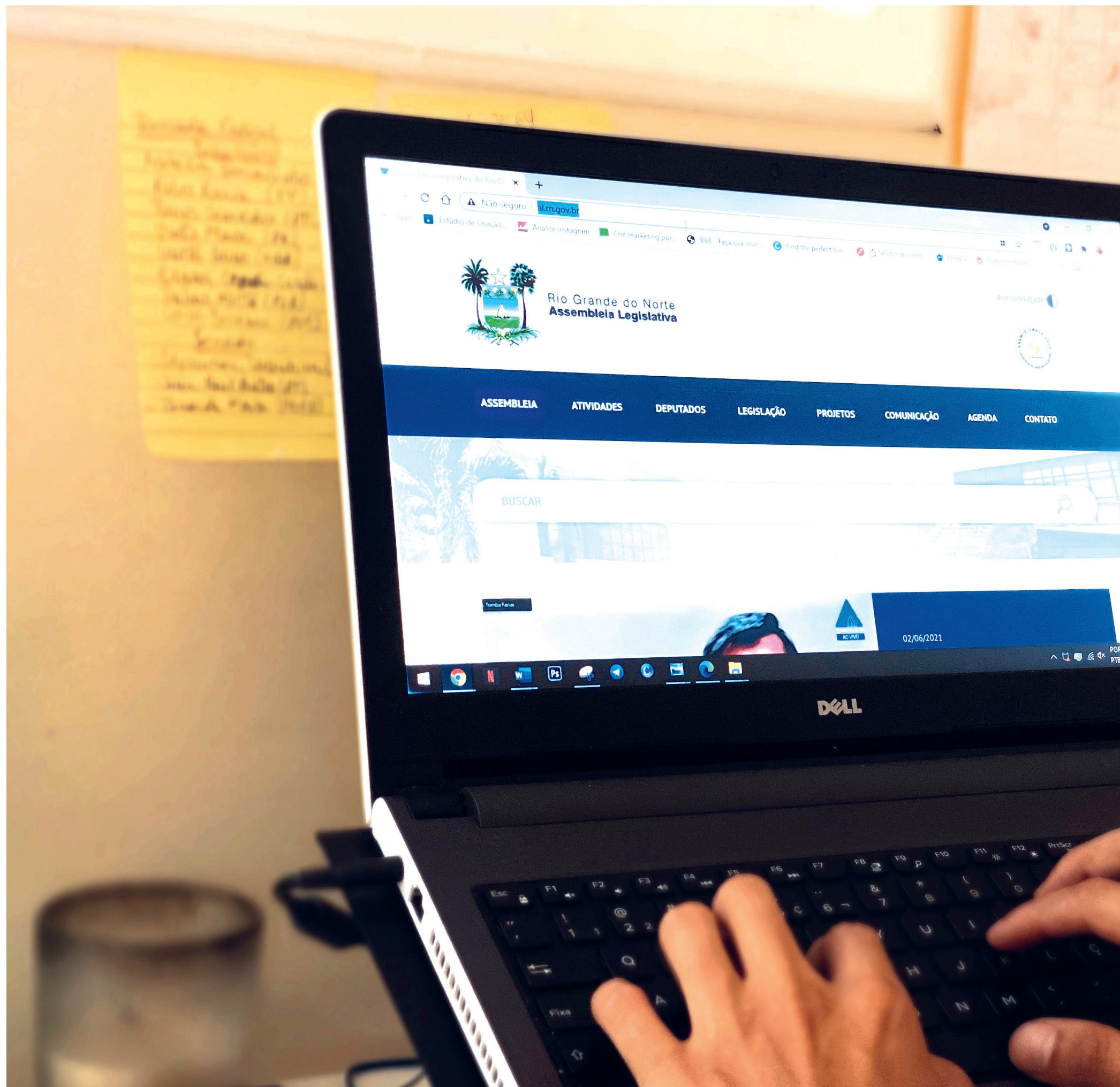
Antes de enviar a declaração, é preciso estar cadastrado ou, então, fazer o cadastro no sistema. Neste caso, são solicitadas informações pessoais do agente público (número do CPF, contatos) e também funcio-

nais (função exercida, entre outras). Será solicitado ainda que o usuário defina uma senha para acesso ao sistema de envio.

Realizado o cadastramento, o declarante deverá acessar o sistema utilizando CPF e a senha definida anteriormente.

O agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado, ou que prestar falsa informação, poderá ser responsabilizado nos termos da legislação vigente. A medida também se aplica aos servidores que estejam ingressando no Poder Legislativo.

DECLARAÇÃO DEVERÁ COMPREENDER BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, SEMOVENTES, DINHEIRO, TÍTULOS, AÇÕES E QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE BENS E VALORES PATRIMONIAIS NO PAÍS OU NO EXTERIOR



A atualização do site resulta de um trabalho conjunto que, além de webdesigners, analistas de sistemas e técnicos de informática, envolve jornalistas. Fora a parte tecnológica, a boa experiência do usuário se dá também em outra frente: a produção dos

TALLYSON MOURA

NOVO SITE DA ASSEMBLEIA FACILITA NAVEGAÇÃO

INOVAÇÃO | Não importa de qual aparelho o cidadão acesse “www.al.rn.leg.br”, ele sempre encontrará um design limpo, dinâmico e sem falhas; mudanças foram implementadas no início do mês de maio

Com o novo site institucional, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) ultrapassa os quesitos “tecnologia” e “transparência”, atingindo algo ainda maior: a sensação de pertencimento. Cheio de inovações que encurtam as distâncias entre os cidadãos e o trabalho parlamentar, o Legislativo escancarou as portas para os norte-rio-grandenses, que, não só terão acesso a todas as ações, mas poderão sentir-se mais presentes no processo.

Essa aproximação entre cidadãos e parlamentares, acontece a partir de inovações tecnológicas. Dessa vez, foram implantadas as técnicas mais avançadas de UX (User Experience), sigla que, em português, significa “Experiência do Usuário”. O objetivo é facilitar a navegação, depois de identificar as dificuldades e desejos dos próprios usuários. Esse feedback é contínuo, assim como as otimizações.

O novo site foi pensado de maneira que sua navegação seja intuitiva, com o internauta sendo guiado de acordo com seus interesses. Agora, os serviços estão cada vez mais fáceis de serem acessados, como a Procuradoria Legislativa e o Procon, disponibilizando informações e serviços de maneira rápida e simples a todos.

Além disso, também no portal é possível acompanhar o andamento em tempo real das atividades da Casa, seja através do sinal da Rádio Assembleia ou da TV Assembleia, que também está disponível na

NET e em canal aberto.

Os internautas podem ter acesso a imagens e assistir a programação, com todos os pronunciamentos em plenário, audiências públicas e projetos de lei que são divulgados para todos que têm acesso à rede mundial de computadores. Na programação, além de programas de entretenimento, esportes e jornalísticos, todas as audiências públicas, sessões solenes e sessões são transmitidas, contribuindo para que os potiguares acompanhem a atuação dos parlamentares.

Ainda nos serviços, a nova ferramenta também congrega em um mesmo espaço os serviços e departamentos mais demandados do Legislativo. Assim, também foram agrupados os canais de acesso ao Memorial, Escola da Assembleia, Boletim Eletrônico, Portal da Transparência, e acesso interno para o servidor.

No visual, além do novo layout, o site dá opções para navegação em modo noturno, redução de luminosidade e até mudanças nos tamanhos das fontes, contribuindo para que a leitura seja cada vez mais confortável.

Além de todas as alternativas no portal, as redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens têm sido ferramentas importantes para aproximar a população do Poder Legislativo. Através do Whatsapp, o boletim informativo diário, com notícias produzidas pela Comunicação, é destinado a 900 jornalista e milhares de potiguares.

900

jornalistas recebem diariamente notícias atualizadas da ALRN

USANDO TÉCNICAS AVANÇADAS DE UX, NOVO LAYOUT TRAZ INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS QUE TORNAM NAVEGAÇÃO DINÂMICA, FÁCIL E INTUITIVA; ATUALIZAÇÃO CUMPRE CRONOGRAMA ESTRATÉGICO 2021

ALRN FINALIZA LEI DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RN

LEGISLAÇÃO | Dos cinco vetos estabelecidos pelo Executivo, ao sancionar Lei, parlamentares potiguares mantiveram três – em concordância com justificativas apresentadas pelo governo –, mas rejeitaram dois

Um ambiente favorável mesmo num contexto de pandemia, com tratamento diferenciado e simplificado para os micro e pequenos negócios, já é realidade no Rio Grande do Norte. Ainda no ano passado a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) aprovou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do RN, sancionada em novembro pela governadora Fátima Bezerra. A novidade é que, em plenária no dia 27 de maio, os deputados estaduais devolveram ao texto da lei dois dispositivos dos cinco vetados pelo Executivo.

A rejeição dos vetos ocorreu no sentido de ampliar ainda mais o alcance da legislação e seus benefícios. Vale lembrar que o setor das MPes responde por mais de 90% das empresas estabelecidas e pela geração de 70% dos empregos no estado. Com a lei, são beneficiados, diretamente, mais de 220 mil empreendimentos no RN.

No exercício de seu mister constitucional, a governadora vetou parcialmente a proposição, na qual havia sido incluída uma série de sugestões e emendas. As razões de veto encaminhadas ao Parlamento Potiguar pugnaram pela exclusão de cinco pontos do texto, sendo eles: o parágrafo único do art. 33, o parágrafo 1º do art. 37, caput e incisos de I a IV do art. 40, parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 42 e o art. 71.

Neste ano, contudo, na Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de maio último, por unanimidade, o plenário deliberou o veto parcial na forma sugerida pelas comissões de finanças e fiscalização e de Adminis-

220 mil

número de empreendimentos beneficiados com nova lei

tração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública, nos seguintes termos: i) pela manutenção do veto e consequente supressão dos dispositivos: a) §1º do art. 37; b) Art. 40 (caput) e incisos I a IV; e c) §§ 1º, 2º e 3º do art. 42; e pela rejeição do veto e consequente retorno da redação aprovada pela Assembleia Legislativa aos dispositivos: a) Parágrafo único do art. 33; e b) Art. 71.

Os vetos rejeitados tratam das aquisições de bens e serviços comuns, para as quais deverá ser preferencialmente a modalidade Pregão Presencial e sobre nova redação do Código de Incêndio e Pânico do Rio Grande do Norte. A lei completa, já com o acréscimo dos dispositivos anteriormente vetados, poderá ser acessada no site da ALRN nos próximos dias, após promulgação.

SOBRE A LEI

O Projeto de Lei n.º 213/2020 foi aprovado na ALRN na Sessão Ordinária de 21 de outubro de 2020, e resultou na Lei Complementar n.º 675, de 06 de novembro de 2020 – Institui o estatuto da microempresa, empresa de pequeno porte e dos microempreendedores

individuais do Rio Grande do Norte, estabelece tratamento diferenciado e favorecido e dá outras providências.

Considerada uma das mais modernas do país, a nova legislação garante o estímulo às compras governamentais, a criação de um fundo garantidor para pagamento dos microempresários fornecedores ao setor público e a destinação de 40% dos recursos da área de inovação no Estado para o segmento das MPes. A Lei Geral das MPes potiguar prevê ainda a introdução da educação empreendedora na rede pública e privada de ensino no RN, simplificação dos processos de licenciamento e liberação de alvarás de funcionamento das empresas de baixo risco.

De acordo com o texto da nova Lei, haverá uma maior inserção de pequenas empresas nas aquisições públicas, com a instituição de licitações exclusivas para pequenos negócios nos valores de até R\$ 200 mil. Assim, os órgãos públicos terão que abrir certames em que o valor licitado até esse teto tenha participação exclusiva de empresas com faturamento anual bruto de até R\$ 4,8 milhões.

A nova legislação abrange as principais temáticas, como Políticas de Desenvolvimento e Desburocratização; Compras Governamentais; Estímulo à Inovação; Estímulo ao Crédito, à Capitalização e Incentivos Tributários; Estímulo ao Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária, além da introdução da Educação Empreendedora no ensino público e particular, a fim de formar novas gerações de jovens empreendedores.



Setor das MPes responde por mais de 90% das empresas estabelecidas e pela geração de 70% dos empregos

TÂNIA REGO



negos no RN. Com a lei, são beneficiados, diretamente, mais de 220 mil empreendimentos.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DECIDIU:

- i) pela manutenção do veto e consequente supressão dos dispositivos:
 - a) §1º do art. 37;
 - b) Art. 40 (caput) e incisos I a IV; e
 - c) §§ 1º, 2º e 3º do art. 42;
- ii) pela rejeição do veto e consequente retorno da redação aprovada pela Assembleia Legislativa aos dispositivos:
 - a) Parágrafo único do art. 33; e
 - b) Art. 71.

TEXTO DEVOLVIDO À LEI:

Art. 37.
§ 1º Para os objetivos desta Lei Complementar, nas aquisições de bens e serviços comuns será preferencialmente adotada pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, a modalidade Pregão Presencial, quando executarem fontes de recursos do Estado.

Art. 71.
O art. 12 da Lei Complementar nº 601/2017, Código de Incêndio e Pânico do Rio Grande do Norte, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art.12 Para fins deste CESIP, caracterizam-se como alto risco as edificações ou áreas de risco que se enquadrarem nos seguintes parâmetros:

- a) área construída superior a 930m² (novecentos e trinta metros quadrados);
- b) imóvel com mais de 03 (três) pavimentos, sendo desconsiderado o subsolo;
- c) imóvel destinado a comercialização ou armazenamento de líquido inflamável ou combustível acima de 1.000 L (hum mil litros);
- d) imóvel destinado a utilização ou armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cento e noventa quilogramas);
- e) imóvel que comporte lotação superior a 100 (cem) pessoas, quando se tratar de local de reunião de público;
- f) imóvel destinado à comercialização ou ao armazenamento de produtos explosivos ou substâncias com alto potencial lesivo à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio;
- g) estruturas provisórias;
- h) extração de petróleo e gás natural (CNAE 0600-0/01);
- i) fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes (CNAE 2092-4/01);
- j) fabricação de artigos pirotécnicos (CNAE 2092-4/02);
- k) fabricação de fósforos de segurança (CNAE 2092-4/03);
- l) comercial varejista de fogos de artifícios e artigos pirotécnicos (CNAE 4789-0/06).”

DOE SANGUE HOJE. ANA ESTÁ PRECISANDO.

Quando o mundo pede distanciamento, a solidariedade nos une.

Doe o que há de melhor em você: seu sangue.

#DOESANGUEHOJE #COMPARTILHEVIDA



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

WWW.AL.RN.LEG.BR

   ASSEMBLEIARN